



CONGRESSO NACIONAL

RECEBIDA EM  
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS  
EM 01/04/2009, às 16:15  
1909

MPV - 459

00256

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data <b>01/04/09</b>	Proposição <b>Emenda à Medida Provisória nº 459/2009</b>
Autor <b>ALFREDO KAEFER/PSDB-PR</b>	Nº do prontuário

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> Substitutiva	3 <input type="checkbox"/> Modificativa	4 <input type="checkbox"/> Aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

## EMENDA ADITIVA

Insira-se, onde couber à MP n.º 459/2009, que passa a vigorar acrescido do novo parágrafo, com a seguinte redação:

**Parágrafo único.** Será destinada, obrigatoriamente, parcela do montante da subvenção econômica prevista no art. 4º para atendimento do déficit habitacional em municípios com população inferior a cem (100) mil habitantes.

## JUSTIFICAÇÃO

Apesar de o Brasil contar com cerca de 4500 municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, seu contingente populacional é quase sempre esquecido pelas políticas, programas e ações públicas. Esse esquecimento nos últimos quarenta anos representou um dos principais motivos do impactante processo migratório interno no País. As populações desassistidas no interior do Brasil, com baixo acesso à educação, saúde, moradia e emprego, migram para as periferias das grandes cidades, mesmo que as condições de habitação nesses lugares sejam absolutamente precárias e degradantes. Os Programas Nacionais de Habitação Urbana e de Habitação Rural de que trata esta MPV, não devem, portanto, cometer esse mesmo equívoco de políticas públicas.

O direito à moradia, passou a integrar o expressivo rol dos direitos sociais, previstos no artigo 6º da Constituição Federal. A constitucionalização desse direito realça a imprescindibilidade da habitação para o bem-estar do ser humano. Apesar do conjunto de normas que tratam especificamente da questão habitacional no País, a falta de moradias ainda é preocupante.

Estimativas fornecidas pelo IBGE informam que o déficit habitacional brasileiro alcança hoje 5,1 milhões de moradias. Como os dados oficiais não incluem os moradores de palafitas, barracos e outras habitações desprovidas de mínima segurança e infra-estrutura básica, pode-se supor, agregando-os aos números originais, que o déficit nacional de habitação pode atingir 15 milhões de unidades, ou seja, algo em torno de 55 milhões de brasileiros.

Os instrumentos legislativos que tratam da habitação popular – apesar dos inquestionáveis avanços que trouxeram – não têm sido suficientes para solucionar o déficit habitacional que penaliza expressiva parcela da população brasileira. Entende-se que por figurar no rol dos direitos e garantias sociais, também a moradia mereceria tratamento legislativo similar ao dispensado à saúde e à educação.

Dessa forma é necessário envidar esforços para discutir propostas que assegurem recursos e possam, efetivamente, permitir o real acesso à moradia para milhões de brasileiros.

## PARLAMENTAR

**ALFREDO KAEFER / PSDB-PR**

